

Movimentos Sociais: Percursos Práticos e Conceituais

Brena Costa Lerbach¹

Resumo: Este artigo realiza um breve apanhado dos percursos dos movimentos sociais, relacionando o campo empírico às concepções teóricas que o cercam. Com isso, tem como objetivo produzir reflexões sobre a abordagem acadêmica dada aos movimentos sociais na atualidade, tendo em vista sua substituição por outros objetos de pesquisa, tais como democracia participativa, ONGs e sociedade civil.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Redes; Ativismo; Sociedade Civil.

Os movimentos sociais consistiram em um dos fenômenos mais estudados nas Ciências Sociais de meados da década de 1970 até o início da década de 1990. Entretanto, o cenário de hoje é muito diverso do de então, marcado pelo movimento pelos direitos civis americano, pelos movimentos feminista e ambientalista da década de 1970; e, pensando o Brasil, do cenário de efervescência das décadas de 1970 e 1980, quando lutas populares se erigiam contra a ditadura militar, a pobreza e a repressão.

Os movimentos sociais se burocratizaram; viraram partidos; alguns desapareceram, devido ao atendimento das demandas reivindicadas; se empresariaram ou assumiram a prestação de serviços estatais, esmaecendo-se, assim, o espírito de inovação política que os caracterizava no período anterior. A partir das evidências empíricas da burocratização e do enfraquecimento dos movimentos, os teóricos deixaram de associar a inovação aos atores – os movimentos -, passando a associá-la a um lócus: a sociedade civil (ALONSO, 2009).

Essas mudanças de eixo conceitual dificultam a tarefa de observação e compreensão dos movimentos sociais na sociedade contemporânea. Onde estão e como atuam os movimentos sociais hoje? Torna-se uma tarefa confusa tanto localizá-los na realidade, quanto pensá-los conceitualmente; caindo-se num questionamento recorrente sobre o que são movimentos sociais. Outro agravante deve-se à pluralidade de significados atribuídos ao termo, bem como ao fato de os mais variados tipos de ação

¹ Aluna do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: brenalerbach@hotmail.com. Agradeço à professora Cristiana Losekann pelas orientações e comentários sobre o trabalho.

coletiva serem classificados como movimentos sociais (GOSS e PRUDÊNCIO, 2004). Em que sentido eles se diferenciam das Organizações Não Governamentais – ONGs, por exemplo? Para Gohn (2010), esses e outros pontos permanecem como lacunas nas produções acadêmicas que abordam os movimentos sociais, mesmo que tenham sido alvo de reflexões e debates entre os teóricos².

Nesse sentido, acreditamos que recuperar os percursos dos movimentos sociais pode ajudar a elucidar dificuldades conceituais. Pretendemos rever o percurso da temática movimentalista, sustentando a hipótese de que a intensidade teórica acompanha a intensidade empírica. Dessa maneira, relacionamos o enfraquecimento dos movimentos sociais que se deu na década de 1990 à sua subsequente substituição enquanto objeto de estudo. Com isso, temos o intuito de problematizar as dificuldades de apreensão teórica do fenômeno nos dias atuais. Por fim, apontaremos algumas tendências para os estudos sobre movimentos sociais no contexto contemporâneo, levando em consideração o mundo globalizado, as novas tecnologias de comunicação e as novas questões que se impõem.

1. Antigos e novos movimentos sociais

Até o começo do século XX, a categoria movimentos sociais designava o movimento operário, dizendo respeito às organizações da classe operária em suas mobilizações, sindicatos e partidos (DOIMO, 1995; GOSS e PRUDÊNCIO, 2004). Doimo (1995) explica que, até os anos 1960, falar de movimentos sociais era sinônimo de falar da classe operária, sendo que a organização em sindicatos e partidos seria sua forma mais acabada de organização racional. Devido a esse foco, outras formas de reivindicação (de grupos de natureza e propostas diferentes) eram excluídas das narrativas sobre os movimentos sociais (HOBSBAWM, 1981 *apud* DOIMO, 1995).

Alonso (2009) aponta que, entre as décadas de 1930 e 1960, a sociologia não deu muita ênfase às teorias da revolução. As teses falavam mais sobre o individualismo e sobre a desmobilização, sendo a mobilização coletiva geralmente tratada como

² As lacunas apontadas por Gohn (2010) são: o conceito de movimento social; o que os qualifica como novos; o que os diferencia de outras ações coletivas e de outras organizações, como as ONGs; o que ocorre quando uma ação coletiva expressa num movimento social se institucionaliza; qual o papel dos movimentos sociais no novo século; como diferenciar movimentos oriundos da sociedade civil de ações civis que se constituem ao redor de projetos de mobilização social e que também se autodenominam movimentos; e, por fim, quais as teorias que realmente têm sido feitas para explicá-los.

expressão de irracionalidade ou como explosão das frustrações individuais. Contudo, a década de 1960 trouxe mudanças no cenário. Mobilizações se proliferaram e ganharam grande visibilidade. Essas mobilizações também chamavam a atenção por serem diferentes do movimento operário. Não se baseavam em classe e não tinham como objetivo tomar o Estado. Eram os chamados novos movimentos sociais. Sobre eles, a autora comenta:

A ruptura está no próprio nome que o fenômeno ganhou. Tratava-se seguramente de “movimentos”, no sentido de ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas, mas não eram, de modo algum, protagonizadas por *mobs*, tampouco por “proletários”. Eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as *condições* de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a *qualidade* de vida, e para a afirmação da diversidade de estilos de vivê-la. Essas demandas “pós-materiais”, como as chamou Inglehart (1971), se completavam com a opção por formas diretas de ação política e pela demanda por mudanças paulatinas na sociabilidade e na cultura, a serem logradas pela persuasão, isto é, léguas longe da idéia de tomada de poder do Estado por revolução armada. (ALONSO, 2009: 51 – grifos da autora).

Assim, a existência dos novos fenômenos tornou necessário um novo esforço de teorização por parte dos estudiosos da ação coletiva, observando-se um elevado número de trabalhos sobre a temática movimentalista nos anos seguintes. Doimo (1995) salienta que o surgimento dos novos movimentos sociais se deu num contexto de desmitificação dos regimes socialistas do leste, marcado pela subsequente erosão das propostas teóricas marxistas. Tanto era assim que Touraine, em fins de 1970, chegou a decretar a morte do socialismo e do velho movimento social (referindo-se ao movimento operário) (DOIMO, 1995). Segundo a autora, passou-se a ter a concepção de que, com o surgimento dos novos movimentos sociais (com demandas de gênero, pacifistas, ecológicas, nacionalistas, etc.), na sociedade pós-industrial, o movimento operário deixava de ser central e o campo cultural tornava-se o lócus de formação das principais contestações e lutas, havendo um ataque à primazia das relações econômicas por parte dos teóricos.

Para Ernesto Laclau (1986), o que caracteriza esses movimentos como novos é o fato de terem rompido a unidade entre as três características principais apontadas pelas conceituações tradicionais de conflitos sociais: a identidade dos agentes (antes baseada

na estrutura social – ex.: burgueses, camponeses e trabalhadores), o tipo de conflito (apoiado por uma ideologia evolucionária, na qual a classe possui um objetivo, que deverá ser alcançado, devido ao movimento subjacente da História) e o espaço político unificado (com representação de interesses). Segundo o autor, no século XIX dava-se prioridade às relações de produção, pois o fato de a jornada de trabalho ser longa e de os salários serem baixos limitava o acesso dos trabalhadores aos bens de consumo e à participação social. Assim, os trabalhadores estavam imersos num universo marcado pelas questões produtivas, atribuindo-se unidade a essas três características. Contudo, a transformação dessas condições no século XX teria enfraquecido os laços entre as várias identidades do trabalhador: participante de vários espaços, o trabalhador não possui uma identidade unificada e homogênea. Dessa forma, o agente social é compreendido por Laclau como portador de várias posições de sujeito, significando que a posição que ocupa nas relações de produção não determina necessariamente suas demais posições. Com isso, a particularidade dos novos movimentos sociais consistiria no fato de fluírem de um conjunto de posições de sujeito variadas – para além da posição ocupada nas relações de produção e englobando formas de subordinação cultural, racial e sexual -, sendo que, se antes se falava em um antagonismo (entre burgueses e proletariado), passou-se a falar de vários antagonismos, resultantes de uma crescente autonomização e de uma burocratização das esferas sociais nas sociedades contemporâneas (LACLAU, 1986).

Alberto Melucci, em *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas* (2001), também observa algumas características dos novos movimentos. Ele explica que os movimentos podem expressar um antagonismo em relação ao sistema ou não (podem apenas exigir uma redistribuição, reforma das regras, acesso à representação, etc.), sendo que os conflitos são mais recorrentes onde há fluxos informativos e simbólicos mais intensos e em áreas do sistema onde há maior regulamentação. Assim como Alonso (2009) e Laclau (1986), Melucci também observa a diferença desses novos movimentos em relação ao movimento operário em termos das questões defendidas. Eles trazem questões diversas do mundo da vida, não tendo como foco o processo produtivo e a revolução:

As questões antagonistas não se limitam a atingir o processo produtivo em sentido estrito, mas consideram o tempo, o espaço, as relações, o si mesmo dos indivíduos. Surgem questões relacionadas com o nascimento, com a

morte, com a saúde, com a doença, que colocam, em primeiro plano, a relação com a natureza, a identidade sexual e afetiva, do agir individual. (MELUCCI, 2001: 81).

Esta característica está em consonância com o que afirma Laclau (1986), que, como dissemos, aponta uma multiplicidade de antagonismos, sendo os novos movimentos caracterizados por uma crescente politização da vida social. Outra característica apontada por Melucci (2001) e que também é comentada por Cohen e Arato (2000) e por Telles (1987 *apud* GOSS e PRUDÊNCIO, 2004), é sobre os movimentos terem

[...] escassa focalização sobre o sistema político e interesse limitado em torno da tomada do poder. A conquista do poder político e o controle do aparelho de Estado parecem substituídos por uma vontade de controle imediato das condições de existência e das reivindicações de um espaço que indicam independência do sistema (MELUCCI, 2001: 82).

Ainda segundo Melucci, os movimentos sociais

[...] não têm somente colocado em cena atores conflituais, formas de ação e problemas estranhos à tradição de lutas do capitalismo industrial; eles têm colocado, também, no primeiro plano, a inadequação das formas tradicionais de representação política para colher de maneira eficaz as questões emergentes (2001: 95).

Muitos teóricos já trabalharam na crítica à democracia representativa, apontando essas inadequações. Aqui gostaríamos de destacar o trabalho de Paul Hirst em *A democracia representativa e seus limites* (1992). Para o autor, as democracias representativas são uma mistura de sucesso e fracasso, pois se legitimaram como o modelo de governo adotado no Ocidente de forma incontestável, mas “ao preço de um baixo nível de participação do cidadão e de um baixo nível de efetiva fiscalização do processo de tomada de decisão governamental” (HIRST, 1992). Hirst recupera uma fala de Durkheim (1957 *apud* HIRST, 1992), na qual o sociólogo definia democracia não como um conjunto de instituições representativas, mas como uma condição de interação efetiva, por meio do trânsito de informação entre Estado e sociedade civil. Consciente disso, Hirst (1992) aponta a necessidade da criação de mecanismos que realizem essa ligação (no caso, ele aposta no corporativismo) a fim de promover uma democratização

da democracia representativa. Posição semelhante é defendida por Iris Young (2006), que pensa a representação como relacionamento, devendo o representante estar conectado aos eleitores e estes conectados entre si. Entretanto, nas democracias modernas a participação do cidadão fica quase que restrita ao momento eleitoral, e acaba sendo apagado o vínculo entre representantes e representados, perdendo-se o potencial representativo. Tendo em vista a limitação das instituições políticas na tarefa de assegurar que exista de fato um relacionamento entre cidadãos e Estado, os movimentos sociais e outras formas de organização e de manifestação da sociedade civil podem cumprir esse papel, concorrendo para influenciar as decisões do governo, realizar oposição política e fiscalizar suas ações; levando ao Estado os problemas, necessidades e interesses presentes na sociedade.

Assim, os novos movimentos sociais caracterizam-se por não terem como objetivo principal a tomada de poder e nem a participação direta na esfera política (como em partidos), situando-se dentro da perspectiva de sociedade civil de Cohen e Arato (2000) e de Jürgen Habermas (1997), que consiste em uma esfera diferente da economia e do Estado. Aos movimentos (e demais participantes da sociedade civil) caberia apenas agir indiretamente sobre as outras duas esferas, exercendo influência por meio de suas discussões e ações. De modo que, em vez da institucionalidade política, os movimentos sociais prefeririam a ação direta (MELUCCI, 2001). Sobre esse aspecto, cabe mencionar os comentários de Telles, que aponta a “descoberta da sociedade como lugar da política” (1987: 62 *apud* GOSS e PRUDÊNCIO, 2004). A autora diz que os sindicatos e os partidos políticos perderam o posto de protagonistas políticos para os atores dos movimentos populares no Brasil a partir de meados da década de 1970, passando a serem reconhecidos pelos autores como sujeitos políticos – atentava-se, então, para o potencial da sociedade civil organizada. Telles ainda comenta que, com o surgimento de estudos que não privilegiavam a posição do sujeito na produção (como, por exemplo, os que atentavam para a condição da mulher), houve abertura para o questionamento do uso unívoco do conceito de classe social, bem como “o reconhecimento da existência de sujeitos sociais que não se encaixavam na figuração tradicional e paradigmática da classe operária” (1987: 66 *apud* GOSS e PRUDÊNCIO, 2004). Percebia-se, assim, um esgotamento do conceito marxista de classe social (LACLAU, 1986; LACLAU, 1991 *apud* GOSS e PRUDÊNCIO, 2004; MELUCCI, 2001), fazendo-se necessária uma nova abordagem teórica.

Uma das principais características dos movimentos diz respeito ao fato de questões anteriormente consideradas como pertencentes ao campo privado passarem a ser discutidas e problematizadas. Tilman Evers (1983; 1984 *apud* DOIMO, 1995) afirma que as novas relações levaram a vida privada para a vida pública e a pública para a privada. Este aspecto foi discutido pelas feministas, as quais lutavam contra a subjugação que sofriam por seus pais e maridos, que tinham poder de decisão sobre sua vida. Assim, situações de violência contra a mulher, por exemplo, deixavam de ser uma questão do casal e passavam a serem vistas como crime, passível de punição. Sobre o fim da separação entre o público e o privado, complementa Melucci (2001: 83): “As relações públicas e políticas são investidas por questões que dizem respeito à identidade afetiva, biológica, sexual dos indivíduos”. Questões individuais passaram a compor discussões públicas. Nesse sentido, Goss e Prudêncio (2004) ressaltam que a reocupação do espaço público tem se dado mais por demandas individuais que são levadas para um debate público: elementos de discussão surgem na esfera privada e são coletivizados pelas redes. Sobre este aspecto, Melucci ainda acrescenta que as questões coletivas têm feito uma crescente referência ao indivíduo em sua dimensão profunda e às suas necessidades, sendo que “os problemas do individual transformaram-se em problemas coletivos porque encaminhavam, de um lado, à manipulação exercitada pelo poder sobre a identidade individual e, do outro, à representação cultural das necessidades como demandas individuais” (2001: 86).

Diante do levantamento dessas características, podemos notar a mudança que o surgimento dos chamados novos movimentos sociais trazia em seu seio, forçando os estudiosos a reelaborações teóricas. O conceito passou a ser um dos mais trabalhados nas Ciências Sociais. Nesse sentido, Alonso (2009) aponta o surgimento de três principais teorias dos movimentos sociais durante a década de 1970: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), que teve como principais autores McCarthy e Zald (1977 *apud* ALONSO, 2009); a Teoria do Processo Político (TPP), que tem como principal teórico Tilly (1978, 1993, 1995, 2008 *apud* ALONSO, 2009); e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), que compreende teóricos como Touraine, Habermas e Melucci. Nas considerações finais de seu artigo, Alonso (2009) aponta as críticas e reelaborações que sucederam tais vertentes. Segundo Calhoun (1995 *apud* Alonso, 2009), as características que essas teorias apontam como novas (dos novos movimentos sociais) já existiriam há décadas (a busca por demandas não-materiais, a

criação de identidades): a ênfase economicista anterior é que teria impedido de percebê-las. Assim, não haveria uma novidade nesses novos movimentos, a novidade estaria na visibilidade que passaram a receber. A autora ainda cita Plotke (1992 *apud* Alonso, 2009), que afirma que em qualquer tempo os movimentos sociais combinam demandas materiais e simbólicas, sendo que uma visão idealizada do objeto (antes econômica, agora cultural) teria contribuído para o erro. De qualquer forma, tais movimentos diferenciavam-se do padrão marxista anterior; e, à medida que ganharam força e visibilidade e expressavam as mudanças pelas quais passava a sociedade (reivindicando sobre aspectos do mundo da vida, cada vez mais regulado; prezando pela autolimitação, sendo contra uma interferência política direta, devido aos fracassos dos regimes totalitários socialista no leste europeu) (COHEN e ARATO, 2000), implicavam na necessidade de serem teorizados, surgindo várias interpretações, como as descritas por Alonso (2009).

2. Movimentos sociais no Brasil

No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, também há um período de forte mobilização e reivindicação política, sendo que Gohn aponta que o termo sociedade civil entrava para a linguagem política corrente como sinônimo de “participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar” (2005: 70). Tal período é caracterizado por Colbari (2003) como “a idade de ouro dos movimentos sociais” no Brasil, sendo que o contexto nacional de insatisfação com o fracasso dos planos econômicos do governo, as carências da população e os anseios pela redemocratização, motivaram um clima de efervescência nacional. Como consequência, a década de 1980 foi bastante frutífera no que diz respeito aos estudos sobre movimentos sociais no Brasil. Entretanto, na década de 1990, quando se descortina um novo contexto (com o Brasil pós-ditadura, com mudanças na economia e com a globalização), vemos tais mudanças afetarem os movimentos sociais, trazendo também impactos teóricos, sobre os quais falaremos mais adiante.

2.1 Décadas de 1970 e 1980: lutas sociais e redemocratização

Nesse período, surgiram movimentos populares³, e movimentos outros, tais como o novo sindicalismo⁴ e os movimentos que tinham por objetivo a luta pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais (movimentos de “raça”, gênero, sexo, pelo meio ambiente, por segurança, pelos direitos humanos, etc.) (SADER, 1988 *apud* GOHN, 2005). A atuação desses atores diferenciava-se do modelo anterior, concentrado em partidos e sindicatos. Entre os motivos para essa atuação diferenciada, podemos apontar o fato de os sindicatos e partidos terem uma orientação de classe, não abrangendo a especificidade de questões como as de gênero e etnia, bem como o fato de a própria ditadura militar impedir a atuação dos mesmos. Assim, houve ampliação e pluralização dos grupos, surgindo movimentos, associações, instituições, ONGs, etc.

Assim, cabe ressaltar que a renovação do cenário de participação e envolvimento social não se deu apenas nos campos popular (reivindicador de recursos materiais, de infra-estrutura, etc.) e trabalhista, havendo também movimentos de mulheres, ambientalistas, movimentos pela paz, dos homossexuais, entre outros; os quais já tinham lutas independentes do mundo do trabalho (GOHN, 2005). Apesar disso, é preciso salientar que, diferentemente dos cenários europeu e norte-americano, onde as demandas coletivas

[...] indicavam para uma abordagem cultural da construção de identidades, uma vez que naqueles países as carências materiais estavam relativamente resolvidas, na América Latina essa realidade ainda convivia (e convive) com problemas de ordem material e com a luta pela democratização política nos países em que se instalaram ditaduras militares (GOSS e PRUDÊNCIO, 2004: 84).

Desta maneira, as reflexões acerca das teorias sobre os novos movimentos sociais não podem ser aplicadas em sua totalidade à realidade brasileira, visto que

³ Sob o título movimento popular ficaram conhecidos os movimentos populares urbanos, que geralmente tinham como base uma organização em bairros e a assessoria da Igreja Católica (por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e da Teologia da Libertação). Tais movimentos tinham como característica principal a reivindicação por infra-estrutura básica, pelo acesso aos aparelhos coletivos (hospitais, creches, escolas, etc.) e a políticas públicas. Sobre eles, ver Gohn (1982; 2006), Colbari (2003) e Doimo (1995).

⁴ Também conhecido como renovação sindical, propunha um confronto com a estrutura sindical e a política trabalhista de governos autoritários. Construiu sua identidade política e interveio no tratamento dado às relações de trabalho dado pela Constituição de 1988. Sobre sua trajetória, matrizes e articulações, ver Colbari (2003).

existia sim uma variedade de movimentos sociais, mas persistia a “hegemonia de movimentos populares por terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos, como também a questão dos direitos humanos” (PRUDÊNCIO, 2000 *apud* GOSS e PRUDÊNCIO, 2004). Gohn (2006) enfatiza a importância desses movimentos para a vida política do país, visto que tais atores, ao se reconhecerem como sujeitos de direitos e exercerem sua cidadania, tiveram como principal contribuição a reconstrução da democracia no país:

E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do regime militar. Trata-se da reconstrução ou construção de valores democráticos, de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado. Francisco de Oliveira (1994) denomina esse processo de construção da sociedade política no Brasil (GOHN, 2006: 320-321).

Nesse contexto, uma das principais idéias relacionadas à sociedade civil era a noção de autonomia. Era considerado necessário evitar alianças tidas como espúrias, para não transpor práticas autoritárias estatais para os movimentos, e para que estes pudessem permanecer fiéis aos seus princípios. Assim, os movimentos se posicionavam, na maioria das vezes, de costas para o Estado (GOHN, 2005; 2006, DOIMO, 2008; PINTO, 2006). Ruth Cardoso (2004) salienta que esta fase é caracterizada pelos cientistas sociais como um período de inovação, sendo que todos destacavam o espontaneísmo dos movimentos, a idéia de autonomia e viam nos mesmos uma quebra em relação ao sistema político. Entretanto, a autora atenta para o fato de que, por vezes, os estudiosos adotaram o discurso dos movimentos, privilegiando alguns aspectos e negligenciando outros – contagiados pela novidade que os movimentos representavam, produziram interpretações românticas:

[...] em nome de uma ciência social crítica, nós fizemos uma ciência social engajada e pouco crítica, utilizando os discursos que os próprios movimentos utilizavam e ofereciam, estando as interpretações muitas vezes coladas a esses discursos [...] esse discurso era também parte da realidade a ser observada, mas muitas vezes se deu a ele uma importância muito grande. Quando se tratava dos temas aos quais me referi, nessa primeira fase, o espontaneísmo do movimento, por exemplo, não se via o resto (CARDOSO, 2004: 84-85).

Cardoso (2004) ainda atenta para o grande volume de trabalhos que se destinavam à temática movimentalista nos anos 1980. A atuação desses movimentos e a importância que ganharam fizeram com que consistissem em um dos temas mais estudados academicamente dentro deste contexto, corroborando nossa hipótese de que a intensidade teórica acompanha a intensidade empírica. Contudo, tendo em vista as reflexões de Cardoso (2004), podemos dizer que o movimento contrário é igualmente verdadeiro: o olhar teórico influencia a percepção do empírico. Assim, não há apenas a existência de uma nova realidade implicando em novas interpretações teóricas, mas há também a percepção dos estudiosos moldando o que é descrito como empírico. Sabemos que a neutralidade científica já foi desmitificada nas ciências sociais, entretanto, como afirma Cardoso (2004), muitas vezes não houve um afastamento ou um estranhamento. Como resultado, a visão que se tinha dos movimentos era das mais otimistas. Com a redemocratização se encaminhando, eles acompanharam os trabalhos da Assembléia Constituinte que resultaram na Constituição de 1988 por meio, principalmente, de pressão a grupos políticos, a fim de que suas demandas fossem atendidas e inseridas na constituição. No momento seguinte, com a mudança de contexto, os movimentos sociais modificaram sua atuação. Passaram a atuar em parceria com o Estado e se institucionalizaram, sendo que os autores, agora pessimistas, caracterizaram essa fase como sendo marcada por um refluxo dos movimentos (CARDOSO, 2004). É sobre esta fase que trataremos no próximo subtópico.

2.2 Década de 1990: neoliberalismo

A década de 1990 é caracterizada por um novo cenário. Neste período, o país passava por transformações econômicas e os efeitos da globalização se faziam sentir: adotava-se a reestruturação produtiva e seu modelo de trabalho flexível, contribuindo para o desemprego e o crescimento do setor informal; empresas foram privatizadas, gerando grande impacto sobre os sindicatos do funcionalismo público (os que mais tinham crescido no período anterior); e emergiam novos problemas, como a violência, os quais passaram a ter mais atenção da mídia e por parte dos acadêmicos (GOHN, 2005; 2006). A relação com o Estado também mudava, sendo que a Constituição de 1988 incentivou a criação de canais formais para a participação de setores da sociedade civil no que diz respeito às políticas públicas. Foram criados os conselhos gestores e,

como iniciativa municipal, os orçamentos participativos. A ação direta, em forma de passeatas e protestos, por exemplo, perdeu força. Com a democratização, os movimentos - principalmente os populares - perderam a centralidade. A participação se daria pelos canais de participação e representação política que tinham sido abertos, sendo que, para muitos, a fase dos movimentos sociais já estava ultrapassada: no novo momento, bastaria atuar no plano institucional (GOHN, 2005; 2006).

Assim, Gohn (2005; 2006) aponta que o período foi marcado por crises e tensões no campo dos movimentos sociais. Havia tensões entre as lideranças sobre participar ou não de programas do governo, de conselhos, etc.; e várias lideranças assumiram cargos no poder público. Dentro da conjuntura neoliberal, o Estado, que buscava transferir parte de suas responsabilidades para a iniciativa privada, realizou um verdadeiro desmonte de políticas sociais, substituídas por outras, feitas em parceria com ONGs e com o Terceiro Setor. Sobre as dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais, ONGs cidadãs e outras entidades, a autora comenta:

Algumas entidades de apoio aos movimentos até fecharam suas portas, outras fizeram enxugamentos em termos de regiões de atuação, se fundiram com outras, ou ainda deslocaram suas áreas de atuação para setores específicos, dentro do leque dos programas institucionalizados, governamentais ou de apoio advindo da cooperação internacional. Novas pautas foram introduzidas tais como a de se trabalhar com os excluídos sobre questões de gênero, etnia, idade etc. As dificuldades de apoios para manter estruturas mínimas, ou a necessidade de re-orientar suas ações em função de novas diretrizes e regras da cooperação internacional, não deixavam sobra de tempo para as lideranças se articularem com a população. [...] Muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática na qual a idéia de mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas de projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais (GOHN, 2005: 81-83).

Se antes o princípio fundamental era a autonomia, na década de 1990 ele é substituído pela cidadania, envolvendo uma concepção de que as pessoas são dotadas de direitos e deveres, devendo haver participação civil e responsabilidade social (GOHN, 2005). Sobre o uso do termo cidadania, assim como sociedade civil e participação,

Dagnino (2004) denuncia a existência de uma confluência perversa entre o projeto democratizante e participativo dos movimentos que atuavam no processo de abertura política; e o projeto neoliberal, que propõe um Estado mínimo, diminuindo seu papel como garantidor de direitos e transferindo as responsabilidades para a sociedade civil. Utilizam-se os mesmos termos, mas significam projetos políticos diferentes. Segundo a autora, esses deslocamentos de sentido têm implicações para a política e para a democracia. Assim, enquanto cidadania, nas décadas de 1970 e 1980, implicava em ter direitos e em exercê-los, em uma cidadania não “dada”, mas construída “de baixo”; a redefinição neoliberal de cidadania baseia-se em um entendimento mais individualista, sendo freqüente a idéia de que ser cidadão implica em realizar trabalhos voluntários em solidariedade aos pobres ou em ter acesso a certos bens e serviços básicos. Com isso, a autora comenta que proliferaram trabalhos de fundações empresariais engajadas em projetos de responsabilidade social e as políticas sociais se tornaram cada vez mais emergenciais, sendo que os beneficiados não realmente vistos como cidadãos, mas como seres humanos carentes. Dessa maneira, Dagnino (2004) atenta para a despolitização dessas noções. Essa despolitização - tanto no que diz respeito aos termos, quanto nas relações práticas - também é notada por Gohn (2010). A autora chama a atenção para a alteração das relações do Estado com a sociedade civil, destacando a transposição de uma postura política por parte da segunda para uma postura de parceira do Estado na assistência aos grupos minoritários, marginalizados e excluídos:

Captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Transformam-se as identidades políticas desses sujeitos [...] em políticas de identidades, pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas [...]. Criam-se, portanto, novos sujeitos sociopolíticos [...] como partes de uma estrutura social amorfa e apolítica. [...] Disso resulta que se deslocam os eixos de coordenação das ações coletivas – da sociedade civil para a sociedade política, dos bairros e associações populares para os gabinetes e secretarias do poder estatal, principalmente no plano federal. A dimensão política [...] desaparece da ação coletiva justamente por ser capturada por estruturas políticas – de cima para baixo, na busca de coesão e do controle do social (GOHN, 2010: 21).

Nesse contexto, os movimentos e as entidades tenderam a adotar uma postura mais aberta às parcerias com o Estado (DAGNINO, 2004; DOIMO, 2008; GOHN, 2010), sendo a sociedade civil por vezes vista como as próprias ONGs. Semelhante a

Gohn (2005), Dagnino (2004) afirma ter havido uma “onguização dos movimentos”, tendo como fatores a busca por financiamento, as exigências das agências internacionais, e a postura dos próprios governos, que, para fazerem projetos, buscam parceiros mais confiáveis e temem a politização da interlocução com os movimentos sociais. As ONGs, vistas como interlocutoras confiáveis, caso se recusassem a agir com o Estado, perderiam a possibilidade de conseguirem ganhos para a causa, além de o fato de ficarem excluídas e sem financiamento ameaçar sua própria existência (DAGNINO, 2004; TATAGIBA, 2006).

Entretanto, é preciso fazer uma ressalva. Ao passo que os movimentos sociais em geral, em especial os de reivindicações populares urbanas, enfraqueciam; na década de 1990 se fortaleceram movimentos como o dos indígenas, o movimento negro e o dos sem-terra (GOHN, 2005). Além disso, a existência de espaços e ações de outro tipo se intensificou, como a constituição de fóruns, debates e redes de economia solidária (GOHN, 2005). Retomaremos o assunto no tópico seguinte.

Como resultado do quadro apresentado, os estudos sobre movimentos sociais perderam a centralidade no país e no mundo. As mudanças no campo teórico acompanharam as mudanças no campo empírico. No caso do Brasil, aponta Gohn (2006: 280): “A centralidade da maioria dos estudos passa a ser as redes de ONGs e os mecanismos institucionais da democracia participativa”. Assim, passaram a ser estudadas as experiências dos orçamentos participativos, dos conselhos gestores de políticas públicas e a democracia participativa; sendo que o foco dos estudos passava a recair sobre a sociedade civil (ALONSO, 2009). Nesse sentido, sustentamos que a mudança do foco teórico dificulta a compreensão dos movimentos sociais na atualidade, surgindo questões, como: onde estão hoje esses movimentos sociais? O que os define como movimentos sociais? O que os diferencia das ONGs, de outras entidades e associações? No próximo e último tópico refletiremos sobre como pensar os movimentos sociais hoje.

3. Pensando os movimentos sociais na contemporaneidade

Por fim, chegamos à contemporaneidade, onde, diante de mudanças e de novas expectativas, delimitar um conceito e uma forma de compreensão dos movimentos

sociais de forma consistente, atribuindo-lhe fixidez, parece impossível. Também não parece adequado tentar compreender as formas atuais de movimentos a partir dos antigos padrões. Sobre esse ponto, é valiosa a fala de Melucci:

Estamos, certamente, diante do desaparecimento da ação e dos sujeitos que coincidem com a nossa idéia tradicional de movimento. Não creio que isto signifique o desaparecimento da ação coletiva, nem o desaparecimento dos conflitos sociais. Penso, ao contrário, que o que está desaparecendo é a modalidade de constituição dos atores coletivos que caracteriza a época moderna. A nossa dificuldade está, portanto, no ter que colocar no interior de categorias, hoje obsoletas, fenômenos que não podem ser interpretados por meio delas. Não nos encontramos diante da dissolução dos atores coletivos ou do desaparecimento dos conflitos, mas de uma mudança profunda da sua forma. [...] verificar-se-á um crescimento da capacidade de produzir conflitos e de construir identidades coletivas mais transitórias e mais flexíveis, que terão como interlocutor também um sistema transnacional [...] (2001: 10).

Nossa opinião é de que conflitos, reivindicações e lutas por causas sempre existem nas sociedades: sempre há questões sobre as quais se posicionam diferentes grupos, com seus diferentes argumentos, lógicas e projetos de sociedade. Entretanto, em se tratando de fenômenos sociais, dotados de historicidade, essas ações coletivas variam conforme o contexto espaço-temporal onde se situam. Assim, os movimentos sociais não existem enquanto um modelo de conduta coletiva fixo, que pode ser encontrado em todas as sociedades: em cada período os conflitos, as reivindicações e as lutas por causas seguem tendências e formatos diferentes. Dessa maneira, assim como Melucci e outros autores, não vemos nas mudanças sofridas pelos movimentos sociais (alguns apontam a crise desses movimentos⁵) o desaparecimento dos conflitos e das reflexões sobre questões substantivas que permeiam a sociedade e os debates políticos – ao contrário: pensamos que, como fenômenos sociais, históricos e, portanto, flexíveis e mutáveis, as lutas e demandas passam, nos dias atuais, a se realizar de outras maneiras. Com isso, fazem-se necessários esforços teóricos para compreender as novas formas de ativismo e de organizações civis postas.

⁵ Oliveira (1994 *apud* GOHN, 2006) diz não haver uma crise nos movimentos, tendo acontecido uma mudança na forma de interlocução dos movimentos com o Estado. Mas, segundo Gohn “[...] militantes, lideranças e assessores diretos dos movimentos sociais populares sentem e falam da crise, de forma explícita. As dificuldades vão além do plano da mobilização [...] muitos movimentos encontram-se entrincheirados em si próprios, donos de verdades [...]. Outros ainda são conduzidos de forma paternalista, cerceando as bases enquanto reservas próprias” (2006: 322-323).

A compreensão da ação coletiva através da idéia de redes tem sido uma das mais trabalhadas pelos estudiosos que pensam o contexto atual, caracterizado pela globalização, pelo uso e difusão das novas tecnologias de comunicação (intensificando os fluxos de informações e favorecendo a conectividade), e pela transnacionalização de questões (religiosas, sobre o meio ambiente, sobre o terrorismo, com relação à posse de armas nucleares e de destruição em massa, etc.). Melucci (2001) aponta que os movimentos contemporâneos estão organizados em redes, são difusos, com estrutura segmentada, reticular e policéfala. Para ele, “os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado” (MELUCCI, 2001: 97). Na mesma linha, Castells (1996 *apud* ALONSO, 2009) fala em sociedade de rede. Nela, as identidades coletivas e a própria globalização se tornariam os principais focos de mobilização, a qual se realizaria através de redes de comunicação, utilizando como recursos a mídia e as tecnologias.

A organização em redes da ação coletiva também é sugerida como o padrão organizacional contemporâneo por Goss e Prudêncio (2004), que falam de uma rede de movimentos, de grupos compartilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva, cujos atores são temporários e cujas relações são flexíveis. Nesse sentido, as autoras mencionam a idéia de sujeito de Touraine, o qual também utiliza a noção de redes para tratar da articulação dos atores coletivos, que, em um dado contexto de interesses e oportunidades, se conectam. As autoras também citam o trabalho de Scherer-Warren (2003 *apud* GOSS e PRUDÊNCIO, 2004), que também pensa ações coletivas na perspectiva de redes sociais. Tais redes desempenham um papel estratégico de empoderamento de coletivos, consistindo nas formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas, como, por exemplo, os fóruns sociais mundiais, as grandes marchas “antiglobalização” e pela paz (GOSS e PRUDÊNCIO, 2004). Para a autora, as redes articulam atores e movimentos sociais e culturais, tendo grande poder de difusão de informações e conectando iniciativas locais e globais:

Nessas articulações, as redes oferecem novas leituras para a realidade, atribuindo novos significados às transformações sociais, dos quais Scherer-Warren (2003) destaca a *desfundamentalização* – o fim da crença em uma única orientação para a transformação social; o *descentramento* – atores diversos reivindicando projetos distintos; o *combate aos essencialismos* em direção ao interculturalismo – reconhecimento das diferenças sem totalitarismos; e o *engajamento dialógico na rede*, para a superação da distinção teoria e prática, ou seja, entre a produção

intelectual, as mediações e as militâncias (GOSS e PRUDÊNCIO, 2004: 83 – grifos das autoras).

Assim, como ressaltado por Gohn (2010), para alguns, rede substitui a categoria movimento social, enquanto, para outros, é um recurso a ser utilizado pelos movimentos, e, numa terceira percepção, o conceito de rede é percebido dentro do campo das práticas civis, sem uma conotação política. Podemos pensar nas redes que sustentam o próprio movimento, internamente, e nas redes que se formam entre os diferentes grupos. O fato é que, percebidos sob o nome de movimentos, de redes, de mobilizações ou de ativismo, etc., nem as lutas e nem os atores deixaram de existir. Sobre isso, Gohn (2010) afirma que alguns movimentos / causas ganharam força a partir da década de 1990, como o Movimento Sem Terra no Brasil; o movimento indígena na América Latina (por vezes ligado a um nacionalismo) e demais movimentos étnico-raciais (a luta dos afro-descendentes é bastante relevante nesse sentido, destacando-se a recente conquista da política de cotas para as universidades públicas no Brasil); os movimentos de homossexuais; entre outros. Sobre os períodos de alta e baixa intensidade de atuação dos movimentos sociais e sobre o panorama atual, a autora comenta:

A presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e reflexos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação em face à nova conjuntura e às novas forças sociopolíticas em ação). [...] A partir de 1990, os movimentos sociais deram origem a outras formas de organizações populares, mais institucionalizadas, como os fóruns nacionais de luta pela moradia popular. [...] O Orçamento Participativo – OP, e vários outros programas criados no interior das políticas públicas, surgiram como fruto daquela trajetória (GOHN, 2010: 41-42).

Reportando-nos à nossa hipótese inicial de que o enfraquecimento das produções teóricas sobre movimentos sociais dificulta a compreensão e a localização desses movimentos na realidade – e que isso se deve ao fato de que mudanças no campo empírico levaram a mudanças no campo teórico; acreditamos que precisamos concluir este trabalho apontando algumas reflexões. Primeiramente, que o fato de o foco dos estudos não estar mais voltado para os movimentos sociais não significa que eles não existam. Como dissemos, os fenômenos são fluidos e históricos, e, nesse sentido, eles se metamorfoseiam. As lutas assumem novas formas, distintas do modelo de movimento

social vigente nas décadas de 1970 e 1980 – e, de fato, este modelo entrou em crise. Mas os conflitos e lutas permanecem. Assim, multiplicam-se os fóruns, seminários, debates, plenárias, enfim, outros espaços e formas de ativismo e mobilização. Em segundo lugar, como Cardoso (2004) enfatiza, é preciso estar consciente do contexto político onde se localizam os movimentos. Dessa maneira, a distinção feita entre duas fases – a primeira marcada pela inovação política e a segunda caracterizada pelo refluxo dos movimentos, utilizando-se termos como institucionalização, cooptação, etc. quase que pejorativamente – se daria menos pela dinâmica dos próprios movimentos, sendo fruto de contextos político-ideológicos diversos. E, por fim, resta acrescentar que acreditamos que, para vencer as dificuldades de localizar na prática os movimentos sociais, é preciso, como disse Melucci (2001), que paremos de tentar fazer com que a realidade se adapte a conceitos passados e, diante das dificuldades de apreensão da realidade, que estejamos cientes de que é preciso pensar em categorias teóricas menos fechadas e estáticas, mais capazes de apreenderem a prática social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: **Lua Nova**, Núm. 76, 2009, pp. 49-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 de novembro de 2010.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Sociedad Civil y Teoría Política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

COLBARI, Antônia de Lourdes. **Rumos do movimento sindical no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES e Florecultura, 2003.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Cord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DOIMO, Ana Maria. Perfil dos Movimentos Sociais e das ONGs na Grande Vitória em Meados dos Anos 90: A Face Integrativa em Tempos de Globalização. In: **SINAIS – Revista Eletrônica**. Vitória: CCHN, UFES, Edição nº 4, v. 1. Dezembro, 2008, pp. 225-275. Disponível em: < http://www.indiciarismo.net/revista/CMS/?Edi%E7%F5es:Edi%E7%E3o_n.04%2C_v.1%2C_Dez.2008>. Acesso em 26 de novembro de 2010.

GOHN, Maria da Glória. M. **Reivindicações Populares Urbanas**. São Paulo: Cortez, 1982.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

GOSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. In: **Em Tese**, vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em 24 de novembro de 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade, volume II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HIRST, Paul Q. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.º 2, vol. 1, out., 1986.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 49, nº 2, 2006, PP. 651-613. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000300008>. Acesso em: 26 de novembro de 2010.

TATAGIBA, Luciana. Os desafios da articulação entre Sociedade Civil e Sociedade Política sob o marco da democracia gerencial. O caso do Projeto Rede Criança em

Vitória/ES”. In DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Orgs.): **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. Campinas: Paz e Terra, 2006.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. In: **Lua Nova**, São Paulo. 67: 139-190, 2006.